

OS DOIS CAPITALISMOS UTÓPICOS: LIBERAÇÕES E FORMAS DE EXPANSÃO DO PODER ESTATAL

Yago Paiva¹

Resumo

Neste trabalho, analisaremos as relações entre capitalismo e poder estatal no que chamaremos de dois capitalismos utópicos, o liberal, que nasce no século XVIII, e o neoliberal, cuja genealogia remonta à primeira metade do século XX. Nosso objetivo é retirar elementos da relação entre o primeiro capitalismo utópico e o poder do Estado para refletir sobre a dinâmica atual entre o segundo capitalismo utópico e as capacidades de intervenção estatal. A noção de capitalismo utópico foi criada por Pierre Rosanvallon em *Le Capitalismo Utopique: Histoire de l'idée de Marché*, de 1979. No mesmo ano, Michel Foucault ministrou curso no *Collège de France* intitulado *Nascimento da Biopolítica*, que foi organizado como livro posteriormente, no qual analisa as teorias neoliberais sob a ótica da *gouvernementalidade*. Foucault, citando Rosanvallon, afirma que o neoliberalismo, assim como o liberalismo, tem foco utópico. A consequência da utopia da arte liberal de governar, na busca por limitar o poder do Estado, foi criar poder estatal ainda maior, embora mais sutil, segundo Foucault. Michael Mann chamou essa forma de poder estatal de infraestrutural. Nossa hipótese é que a utopia da arte neoliberal de governar também contribui para ampliar o poder estatal ao desenvolver práticas governamentais ainda mais extensivas e intensivas. Chamaremos o tipo de poder que emerge da arte neoliberal de governar de transestrutural. Devido à extensão do tema, daremos foco para um aspecto específico dos dois capitalismos utópicos: a questão do trabalho, principalmente a partir da obra *From Manual Workers to Wage Laborers. Transformation of the Social Question*, de Robert Castel.

Palavras-chave: Capitalismo utópico; Poder estatal; Liberalismo; Neoliberalismo.

¹ Mestre e doutorando em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Contato: yg.paiva@gmail.com.

1 Introdução

Neste ensaio, analisaremos as relações entre capitalismo e poder estatal nos dois capitalisms utópicos: o liberal, que nasce no século XVIII, e o neoliberal, cuja genealogia remonta à primeira metade do século XX. Nosso objetivo é retirar elementos da relação entre o primeiro capitalismo utópico e o poder do Estado para refletir sobre a dinâmica atual entre o segundo capitalismo utópico e as capacidades de intervenção estatal.

A noção de capitalismo utópico foi criada por Pierre Rosanvallon em *Le Capitalismo Utopique: Histoire de l'idée de Marché*, de 1979. No mesmo ano, Michel Foucault ministrou curso no *Collège de France* intitulado *Nascimento da Biopolítica*, que foi organizado como livro posteriormente, no qual analisa as teorias neoliberais sob a ótica da *gouvernementalidade*. Foucault, citando Rosanvallon, afirma que o neoliberalismo, assim como o liberalismo, tem foco utópico.

Na primeira parte, abordaremos o que chamaremos de primeiro capitalismo utópico. De forma ampla, teóricos do liberalismo econômico buscavam resolver problemas do contratualismo, como a relação entre os países e a regulação social. O mercado era visto como um mecanismo neutro que permite um jogo de soma não nula na afirmação dos interesses, bem como a supressão da autoridade. Devido à extensão do tema, daremos ênfase a um ponto específico do primeiro capitalismo utópico: a questão do trabalho, com base na obra *From Manual Workers to Wage Laborers. Transformation of the Social Question*, de Robert Castel. Acreditava-se, principalmente a partir do século XVIII, que a liberação do trabalho das estruturas feudais criaria relação harmoniosa entre empregadores e trabalhadores, mitigando a pobreza. O trabalho “livre”, como mostra Castel, é ressignificado e se torna a medida de toda a riqueza.

O resultado da afirmação desta utopia, no entanto, é o pauperismo. O trabalho é comodificado. Novas formas de poder são criadas. Os trabalhadores estão “livres”, mas, sem saber se orientar, passam a ser tutelados pelos patrões sob o paternalismo patronal. Imbuído das técnicas do industrialismo, o Estado se torna mais expansivo. O poder, que Michael Mann chamou de infraestrutural, mais sutil e mais penetrante, se expande. O primeiro capitalismo utópico, na busca por diminuir o poder do Estado, lhe oferece técnicas para se tornar ainda mais poderoso, como argumenta Foucault.

Na segunda parte, trataremos do segundo capitalismo utópico. De forma ampla, o neoliberalismo procura lidar com problemas não resolvidos do contratualismo do Estado social, o da racionalidade irracional da sociedade capitalista e o da alienação. O mercado, mais uma vez é tido como um mecanismo de regulação social. Mas sob a utopia neoliberal, é um processo subjetivo. É menos autorregulador do que uma instância de autoformação do sujeito. Com relação à questão do trabalho, há a utopia da liberação do empreendedorismo. É necessário destruir as estruturas do Estado social, que cria seres assistidos, para possibilitar o desabrochar do empreendedor que há dentro de cada pessoa.

Essa lógica, em setores como o de transporte por aplicativos, cria novas formas de pauperismo. Os “empreendedores livres” não sabem se orientar nesse mundo tão complexo. Precisam ser tutelados pelo o que Richard Thaler e Cass Susntein chamam de paternalismo libertário ou *nudge*, uma técnica de governo que funciona a partir do estímulo comportamental, algo caro aos teóricos do neoliberalismo.

As empresas Big Tech transformam o paternalismo libertário em paternalismo tecno-empresarial. O comportamento das pessoas é modificado. Novas formas de poder são criadas. O Estado, imbuído com essas novas técnicas, tem possibilidades de se tornar mais expansivo, tanto em totalitarismos digitais, como o chinês, como em regimes mais abertos, como dos Estados Unidos e Reino Unido. Chamaremos esse novo poder de transestrutural, acrescentando um novo tipo ao esquema de Michael Mann.

2 O primeiro capitalismo utópico

Em meados do século XX, após duas grandes guerras, as esferas política, econômica e militar estavam fortemente imbricadas. Os grandes empresários passaram a ocupar posições estratégicas na hierarquia estatal. As intervenções militares provocavam efeitos econômicos para o país. O Estado, imbuído das técnicas do industrialismo e do militarismo, aumentou seu âmbito de atuação (MILLS, 1981).

No século XVIII, quando do nascimento do liberalismo econômico, a ideia que se tinha da relação entre essas três esferas era muito diferente. Grandes clássicos como Montesquieu defendiam que a expansão do comércio promoveria a generalização da gentileza de maneiras (*douceur*) e do espírito da frugalidade, o que seria um processo de cura do maquiavelismo (HIRSCHMANN, 2000). Esse movimento tratava de opor as paixões guerreiras da

aristocracia aos interesses, considerados uma forma de paixão branda. Ainda no século XVII, surgiu a máxima "o interesse não mente" (GUNN, 1968).

O liberalismo econômico não é, portanto, apenas uma teoria sobre o desenvolvimento das forças produtivas. De acordo com Pierre Rosanvallon (1989), essa corrente de pensamento surge como resposta às teorias do contrato social. O contratualismo enfrenta duas dificuldades: (1) não permite tratar a questão da paz e da guerra entre as nações²; (2) a noção de pacto social é centrada na questão da instituição da sociedade, mas negligência o problema da regulação da sociedade. Em termos foucaultianos, a teoria do contrato não produz uma governamentalidade.

O liberalismo econômico representa a sociedade civil como mercado, fornecendo uma resposta a essas duas dificuldades do contrato social. Por um lado, a teoria da troca, ao contrário do militarismo, permite que as relações entre as nações constituam um jogo de soma não nula. Por outro lado, a necessidade e o interesse governam as relações entre as pessoas. "Não é mais a política, o direito e o conflito que governam a sociedade, é o mercado (ROSANVALLON, op. cit., p. III, tradução nossa).

Essa visão do capitalismo é uma utopia³, cujo princípio mais geral é a afirmação do interesse como forma de possibilitar a criação de um tipo de organização social que prescindia da autoridade. Um mecanismo neutro. Um ideal de autonomia individual a partir da despersonalização das relações sociais.

Dentro dessa utopia mais geral de afirmação harmoniosa dos interesses e da despersonalização das relações sociais, está a utopia da liberação do trabalho, analisada por Robert Castel em *From Manual Workers to Wage Laborers. Transformation of the Social Question*. Uma hipótese que nos parece central na obra é que o trabalho assalariado não nasceu da liberdade ou do contrato, mas da tutela feudal.

Na França, o arrendatário devia ao senhor a *corvée*, trabalho não pago que exercia por certo número de dias. Esse modelo é o contrário do trabalho assalariado, porque representa dependência pessoal. Não obstante, com o desenvolvimento da economia monetária, a *corvée* é cada vez mais frequentemente recomprada, e a obrigação que o servo prestava com trabalho,

² Mesmo contratualistas da segunda metade do século XX, como John Rawls, tem dificuldades com as relações entre os países. Rawls entende que a igualdade de oportunidade global não é um problema significante, por exemplo. Ver MILANOVIC (2016: 139-143).

³ Estamos utilizando a edição de 1989 da obra de Rosanvallon, sob o título *Le Libéralisme Économique. Histoire de l'idée de marché*. Na primeira edição, de 1979, o título era *Le Capitalisme Utopique*. Há tradução da obra para o espanhol, como *El Capitalismo Utópico. Historia de la Idea de Mercado*, publicado pela editora Nueva Visión.

se torna uma obrigação paga com dinheiro. Com essa conversão da *corvée*, o servo se torna livre para organizar seu trabalho.

No entanto, muitas vezes, o produto de seus próprios esforços era insuficiente para cobrir todas as suas necessidades e obrigações. Por conta disso, tinha que liberar parte do seu tempo e colocá-lo à disposição, sem reparação, do senhor ou de outro vizinho rico. Ou seja, com as possibilidades proporcionadas pela economia monetária, não necessariamente as pessoas deveriam se colocar à serviço de outra pessoa, mas isso acontecia com frequência. "Isso provaria ser a origem do trabalho assalariado rural" (CASTEL, 2003, p. 122, tradução nossa).

O assalariado é então "livre" do trabalho, mas as atividades que exercem são exatamente do mesmo tipo da *corvée*. "Assim, essas duas formas de trabalho, a *corvée* e o trabalho assalariado, podem coexistir lado a lado, não apenas na mesma era, mas também no mesmo indivíduo" (Ibidem, tradução nossa). Essa relação dupla é ilustrada por Castel também no caso da Inglaterra - onde a *corvée* era conhecida como "*lundinarii*" -, com as palavras de Georges Duby: "Em certos lugares, os *lundinarii* se apresentavam toda segunda-feira para trabalhar de graça. Retornando lá outro dia, lhe pagavam um salário" (DUBY *apud* CASTEL, op. cit., tradução nossa).

Materialmente, o trabalho assalariado não se distinguia da atividade servil. Nada diferenciava o trabalho "livre" assalariado do servil, a não ser que no primeiro caso o trabalhador recebia uma recompensa, o salário. Para Castel, tanto esses trabalhadores assalariados parciais quanto os trabalhadores agrícolas de tempo integral, que não possuíam terra e viviam na dependência dos proprietários apenas com posse de suas forças de trabalho, eram proletários. O espaço que tinham para serem proprietários de si a partir da economia monetária que possibilitava o pagamento das obrigações em dinheiro em termos materiais não modificava a estrutura do trabalho, já que permaneciam em relações de dependência.

O paradoxo é que os trabalhadores mais "livres", que não estavam permanentemente ligados a um senhor, eram também os mais expostos ao risco da "vagabundagem". Já os artesãos, que ocupavam posição mais segura, estavam atados à dependência feudal. É apenas com o advento da propriedade social, séculos depois, que os não-proprietários são reabilitados⁴.

⁴ Em *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi. Entretiens sur la construction de l'individu moderne*, Castel debate com Claudine Haroche as relações entre as formas de propriedade.

Antes da "reabilitação", não obstante, sob o primeiro capitalismo utópico, o trabalho "livre" foi ressignificado. Ligado historicamente às posições mais vis da sociedade, se tornou a medida de toda a riqueza. Os partidários e arquitetos do Iluminismo demandavam a liberação do trabalho como forma de destravar a iniciativa privada e o espírito de competição. O impulso pelo trabalho "livre" da tutela feudal, antes visto como sinal de desequilíbrio social, passa a ser elogiado como apreço pelo risco. "Nós vemos toda a ideologia liberal incorporada nessas poucas linhas: liberdade de trabalho deve também liberar a iniciativa privada, o apreço por risco e esforço, e o espírito de competição" (Ibidem, p. 154, tradução nossa).

Como ressaltamos, ainda no modelo de *corvée* (França)/ *lundinarii* (Inglaterra) e a partir do desenvolvimento da economia monetária, se a pessoa retornasse outro dia, além do que era obrigado, lhe pagavam um salário. O interessante do que Castel mostra em termos de dinâmica é que uma atividade acessória, vista como positiva somente se fosse complementar, é apreendida, no século XVIII, como uma nova política capaz de erradicar a pobreza. "Uma nova política poderá erradicar completamente a pobreza ao suprimir as estruturas arcaicas de organização do trabalho, a herança de um sistema de privilégios" (Ibidem, p. 162).

Assim, nesse primeiro capitalismo utópico, se acreditava, de forma geral, que a troca e a afirmação do interesse no mercado produziria um jogo de soma não nula entre as nações com regulação social pacífica. De forma específica, defendiam que o mercado livre de trabalho representaria um jogo contratual de soma não nula entre trabalhadores e empregadores.

Da mesma maneira que Rosanvallon, Castel argumenta que os reformistas do século XVIII extrapolavam as características mais dinâmicas do desenvolvimento econômico e social da época. "Eles imaginaram sua conclusão final sem ver, isto é, sem antecipar, ao mesmo tempo, os efeitos colaterais sociais dessa atualização, que ainda não eram totalmente visíveis com base nas condições do século XVIII" (Ibidem, p. 175). Nisso reside o caráter utópico da visão deles. Tanto Rosanvallon quanto Castel entendem que seria necessária lucidez extraordinária para imaginar as consequências da afirmação desta utopia.

Criticar a utopia da liberação do trabalho não significa defender o modelo de servidão da tutela feudal. Significa apontar que, a partir das consequências dessa liberação, mais visíveis no século XIX, ficou claro que simplesmente destruir as estruturas arcaicas e criar um mercado livre de trabalho não acaba com a pobreza, por exemplo. Segundo Castel, Turgot e Edmund Burke foram dos poucos a anteciparem a "lei de ferro" dos salários no século XVIII. Eles

perceberam que o empregador pagaria salários o mais baixo que pudesse e que os trabalhadores se veriam obrigados a aceitar.

Essa "lei de ferro" dos salários, com a industrialização, provocou um desastre social, como hoje é bem sabido. Longas jornadas de trabalho, trabalho infantil, salários baixos e insuficientes para assegurar a subsistência, falta de higiene, esgotamento físico, acidentes de trabalho. Nessa época, "viver, para o operário, é não morrer" (GUERIN *apud* DEJOURS, 2015, p. 15). Por isso, Castel argumenta que a liberação não necessariamente melhorou a vida daqueles que vivem essencialmente do trabalho. Sob o reino da tutela, o trabalho assalariado era sufocado. Sob o sistema de contrato, ele floresceu, mas se tornou vulnerável a partir do momento em que foi liberado.

Esse movimento de liberação, por conta da desordem que causou, gerou movimento contrário de regulação. É o duplo-movimento, noção célebre desenvolvida por Karl Polanyi no clássico *A Grande Transformação*. Esse movimento contrário ao mercado autorregulável, na visão de Polanyi, teve que necessariamente ocorrer.

O primeiro capitalismo utópico, para se afirmar, revolucionou as relações sociais básicas, em particular a relação com a terra e o trabalho. Mas esse processo, na revolução industrial, refez a sociedade à sua imagem sob o reino das commodities (CASTEL, *op. cit.*). Terra, trabalho e dinheiro tiveram que ser comodificados, formando o que Polanyi chamou de mercadorias fictícias. "Para Polanyi, a sociedade de mercado é impossível sem a total comodificação do trabalho que a reforma da Lei dos Pobres criou" (BLOCK e SOMERS, 1984, p. 57). Não obstante, a total comodificação é impossível, porque "tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto" (POLANYI, 2000, p. 18).

Castel, por sua vez, mostra que novas técnicas, combinadas com as velhas, foram desenvolvidas para lidar com o insucesso de integração do capitalismo utópico. Vale a pena destacar aqui o *Draft of a Work in Favor of the Poor*, de Jeremy Bentham, menos conhecido que o panóptico, mas para Castel mais revelador. Os pobres, aquelas pessoas sem propriedade ou forma honesta de garantir a subsistência, deveriam ser presos sob denúncias de notáveis de boas reputações e levados a *workhouses*. Nesses estabelecimentos, a tecnologia panóptica garantiria a produção do trabalho. Essa medida erradicaria a miséria e maximizaria a produção.

Outra solução desenvolvida foi o paternalismo patronal. Era necessário retornar à tutela, não a feudal arcaica, mas uma nova tutela baseada na capacidade e na competência. Como os trabalhadores "libertos" não sabiam se governar, o próprio patrão deveria ser o tutor. Isso é o que Castel chama de política sem um estado. Mas a patronagem era hábil na dominação de populações compostas por imigrantes, com valores ainda rurais. À medida que a classe trabalhadora se fixou e se organizou, seus componentes ficaram suscetíveis ao socialismo e ao comunismo, que denunciavam a exploração paternalista dos patrões.

Dado o acirramento do conflito não resolvido, já que as tentativas socialistas e comunistas na França não conseguiram se consolidar nos eventos de 1848 e na Comuna de Paris de 1871, uma nova estrutura foi erguida para tentar se inserir no lugar da barricada que separava esses dois lados: o Estado dotado de nova função. O *Welfare State* e a propriedade social começam a ser construídos como alternativas entre esses dois polos. Na relação contratual do capitalismo utópico são aceitas apenas propriedades privadas. Se a pessoa não poupa recursos ao longo de sua vida ativa para as horas de dificuldades ela cai na vulnerabilidade e possivelmente na desfiliação. Com a propriedade social, aqueles que não são capazes de garantir segurança com seus próprios recursos passam a contar com um seguro coletivo.

O Estado é dotado de novos poderes e se torna encarregado de regular e administrar todo o país. A afirmação do primeiro capitalismo utópico, cujo objetivo era criar um tipo de organização social que prescindisse da autoridade, acabou produzindo técnicas e consequências que forjaram um Estado ainda mais poderoso.

Com o paternalismo patronal, a afirmação do interesse como forma de regulação social se mostrou extremamente limitada. A noção da paixão comercial como paixão branda também expressou debilidades. Mais uma vez Polanyi oferece uma análise precisa: o fato de o mercado ser algo "sensível", exaltado no século XVIII como forma de conter o espírito guerreiro, contribuiu fortemente para provocar duas grandes guerras e os horrores do nazi-fascismo. Como o mercado mostrou não ser um jogo de soma não nula, os ímpetos por conquistas retornaram após cem anos de paz. Se o mercado é um lugar de verificação, para usar termo de Foucault, o que garante que para alcançar esse fim não se utilize de governos autoritários ou de um Estado ainda mais extensivo? A nível interno, a sensibilidade do mercado provocou medo do conflito e a sensação de que uma paz como ausência de conflito político era necessária. Conflito externo para garantir paz autoritária interna.

O poder mais extensivo do Estado não implica necessariamente em aumento do poder despótico. Como bem observou Foucault, poderes despóticos como os do nazi-fascismo representam mais um burilamento do Estado do que o aumento dos seus poderes. O desenvolvimento capitalista não criou apenas técnicas que podem ser utilizadas pelos diversos totalitarismos. Criou também formas mais suaves de poder, mais sutis, mas com maior alcance. Foucault chama esse fenômeno de "paradoxo da frugalidade governamental".

A garantia da "independência dos governados", no liberalismo clássico, tem como base o princípio da utilidade. A premissa básica do utilitarismo é mais com menos. Portanto, na perseguição da conexão entre mercado e poder público pelo interesse, pela independência individual, pela destruição das estruturas feudais de forma a prescindir da autoridade, o que se construiu não foi menos Estado, mas menos governo. Mais Estado com menos governo é o paradoxo da frugalidade. "Ironicamente, o Estado, em nome de minimizar o papel do Estado, deve se fazer ainda mais forte como forma de colocar fim aos abusos do Estado absolutista! [...] Isso é semelhante ao casamento das teorias políticas de Adam Smith e Jean Jacques Rousseau" (CASTEL, op. cit., p. 169, tradução nossa).

Mesmo nos Estados Unidos, que consolidou a imagem histórica de não ter uma elite poderosa, no argumento tocquevilliano, teve os poderes do Estado expandidos com o processo de burocratização industrial. Em *A Elite no Poder*, Wright Mills afirma que os pequenos empreendedores foram substituídos "por um punhado de empresas centralizadas, com uma organização onde a divisão de autoridade se desequilibrou de modo a deixar supremo o Executivo, ficando o Legislativo relegado aos níveis médios de poder, e o Judiciário, no devido tempo, ao sabor de uma política que ele não inicia" (MILLS, op. cit., p. 309). No clima bélico orwelliano da Guerra Fria a importância da segurança nacional fez com que a esfera militar intervisse cada vez mais na política, provocando a ascensão da organização militar. Além do mais, as intervenções militares provocavam efeitos econômicos positivos para o país. O Estado, argumenta Mills, imbuído das técnicas do industrialismo e do militarismo, aumentou seu âmbito de atuação.

Essa expansão do poder do Estado é, para Mills, parte da história ocidental, que é a história da ampliação progressiva e centralização dos meios de opressão, de exploração, de violência, mas também de construção. À medida que novas técnicas são desenvolvidas, elas se transformam em meios de exercício de poder. Quanto maior a capacidade da técnica, maior o poder nas mãos daqueles que tomam decisões, porque o poder é "limitado pelo nível da técnica"

que predomina em determinado tipo de sociedade. "À medida que os meios institucionais de poder e os meios de comunicação que os unem se tornaram mais eficientes, os homens que os dominavam viram-se no comando de instrumentos de governo sem precedente na história da humanidade. E ainda não atingimos o auge de sua evolução" (Ibidem, p. 33). Por isso, os meios de poder tendem a ser tornar fins para a elite que os comanda.

Em termos conceituais, esse poder mais expansivo do Estado como uma forma autônoma que difere das capacidades dos demais atores sociais, mas que está em constante relação com eles em trocas mútuas de novas técnicas, é bem desenvolvido pela sociologia histórica. Na segunda metade do século XX pesquisas mais históricas ressaltam a importância do papel do Estado.

Na introdução de *Bringing the State Back In*, publicado em 1985, Skocpol afirma que um "súbito aumento de interesse pelo "estado" ocorreu na ciência social comparada na década passada" (SKOCPOL, 1985, p. 3, tradução nossa). "Trazer o Estado de volta" representava uma reorientação paradigmática. Nas décadas de 1950 e 1960 predominavam na ciência política e na sociologia teorias centradas na sociedade, que viam o Estado como uma arena na qual os diversos grupos competiam ou faziam alianças tendo em vista as decisões sobre políticas públicas. Michael Mann (1992 [1984]) um dos autores importantes desta reorientação, defende que "...a elite estatal possui uma independência em relação à sociedade civil que, embora não seja absoluta, não é menos absoluta que o poder de qualquer outro grupo maior" (MANN, 1992, p. 186). O Estado não é um mero polo aglutinador dos interesses sociais e a política não é uma simples tradução de demandas dominantes na sociedade (DINIZ; BOSCHI, 2016)

Talvez o conceito mais preciso sobre esse poder mais expansivo do Estado seja o de poder infraestrutural, de Mann. São dois os tipos de poder: o poder despótico e o poder infraestrutural. "O grande poder despótico pode ser "mensurado" mais vividamente na capacidade de todas estas Rainhas Vermelhas de falar "com meneios de cabeça" e ter seus caprichos satisfeitos sem dificuldades adicionais - dado que a pessoa está em suas mãos" (MANN, op. cit., p. 168). Já o infraestrutural, mais próprios das democracias capitalistas, é "a capacidade do Estado de realmente penetrar a sociedade civil e de implementar logisticamente as decisões políticas por todo o seu domínio [...] O Estado hoje penetra na vida cotidiana mais do que qualquer Estado histórico" (Ibidem, p. 169).

Mann destaca quatro técnicas essenciais para o aumento do poder infraestrutural do Estado: (1) Divisão do trabalho nas atividades estatais; (2) A escrita; (3) Cunhagens - e pesos e medidas;

(4) Rapidez de comunicação e de transporte. Essas técnicas que aumentam a capacidade infraestrutural não são específicas do Estado. Elas são parte do desenvolvimento social geral e "nenhuma é necessariamente desbravada seja pelo Estado, seja pela sociedade civil" (Ibidem, p. 174). O Estado pode desenvolver técnicas que aumentam o poder da sociedade civil. E esta também pode criar mecanismos que expandam as capacidades de penetração do Estado. O primeiro capitalismo utópico parece ter ignorado essas transposições de técnicas.

3 O segundo capitalismo utópico

Se o primeiro capitalismo utópico, o liberalismo econômico, não era apenas uma teoria sobre o desenvolvimento das forças produtivas, o segundo capitalismo utópico, o neoliberalismo, também não é. O primeiro busca respostas às teorias do contrato social clássicas. O segundo, às dificuldades do contrato do Estado Social, aos problemas não resolvidos por este: o da racionalidade irracional da sociedade capitalista e da alienação. Este contratualismo, como o clássico, negligência o problema da regulação da sociedade. A sociedade é partida em dois: por um lado, uma lógica social; por outro, uma lógica capitalista. Os ordoliberalis, nesse sentido, partem da mesma problemática que a Escola de Frankfurt (FOUCAULT, 2008).

O que se chama de neoliberalismo abarca abordagens muito diferentes. Podemos falar de neoliberalismo, no singular? Rosanvallon faz o mesmo questionamento com relação ao liberalismo clássico. Se tentarmos compreender o liberalismo como uma doutrina, um corpo coerente de ideias, não. Não existe uma unidade doutrinal do liberalismo. Mas se compreendermos o liberalismo como um cultura, podemos usar a palavra no singular. "O liberalismo é uma cultura, e não uma doutrina. Disso vem as características que constituem sua unidade e que tecem suas contradições" (ROSANVALLON, op. cit., p. VIII).

Rosanvallon chega ao ponto de afirmar que "Marx é, nesse sentido, o herdeiro natural de Smith. A utopia econômica liberal do século XVIII e a utopia política socialista do século XIX participam paradoxalmente de uma mesma representação da sociedade fundada sobre um ideal de abolição da política" (Ibidem, p. X). O argumento de Rosanvallon pode parecer exagerado. Mas se deslocarmos esse debate para o século XX e pensarmos, com Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009), que o espírito crítico do capitalismo de 1968 é o novo espírito do capitalismo, essa análise que junta a contradição na mesma cultura faz mais sentido. Portanto,

por exemplo, Walter Eucken (1950), principal expoente do ordoliberalismo, critica a Escola Austríaca por ser muito abstrata. Von Mises, por sua vez, critica o ordoliberalismo por considerá-los intervencionistas (DARDOT e LAVAL, 2016). Mas ambos estão dentro do neoliberalismo como cultura.

Qual é, então, em termos gerais, o ideal de representação de sociedade que faz essa unidade? O neoliberalismo utópico busca uma estética da existência positiva do empresário para escapar da alienação e da mercantilização da sociedade (FOUCAULT, op. cit.). É necessário reencontrar a racionalidade econômica que permitiria anular a irracionalidade social da sociedade capitalista. Ao invés de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade, deve-se intervir na própria trama social para que os mecanismos concorrenciais a alterem de forma a possibilitar a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade, sendo o mercado um princípio de racionalidade política.

Embora sob este segundo capitalismo utópico, assim como no primeiro, não "é mais a política, o direito e conflito que governam a sociedade, é o mercado", a racionalidade neoliberal não é a mesma do liberalismo clássico. O neoliberalismo não é uma mera ressurgência de velhas práticas liberais, mas uma nova racionalidade governamental, segundo Foucault.

No primeiro capitalismo utópico, como vimos com Castel, acreditava-se que a liberação do trabalho das estruturas arcaicas do feudalismo promoveria um jogo de soma não nula entre trabalhador e empregador. Todos, ao poderem perseguir seus interesses, seriam beneficiados. Mas a diferença entre trabalhador e empregador era bem definida e provocou a lei de ferro dos salários e a consequente comodificação do trabalho. Na utopia neoliberal a sociedade não é regulada pela troca, mas pela concorrência, que deve ocupar o maior espaço possível, com a retomada da ética social da empresa. Como afirma Foucault, esse é um ponto em comum ao neoliberalismo alemão, ao americano e ao francês: a economia é um jogo entre parceiros que deve permear o máximo possível da sociedade, tendo o Estado a função de definir as regras do jogo e garantir que sejam aplicadas.

O trabalho, nesse jogo entre parceiros, não é visto como alienado. A ideia da economia clássica de que a natureza do trabalho no capitalismo é quantitativa, uma força vendida por certo tempo, abstrato porque amputado de toda sua realidade humana, não pertence à lógica do capitalismo em si. É um erro da própria teoria econômica da produção clássica. No neoliberalismo americano da Escola de Chicago, a economia passa a ser a abordagem da racionalidade interna da atividade dos indivíduos. A questão deixa de ser por quanto tempo se

compra o trabalho e passa a ser o que é trabalhar para quem trabalha e que sistema de racionalidade essa atividade obedece, para, a partir disso, entender como as diferenças qualitativas podem ter efeito econômico. O trabalhador é um sujeito ativo, não uma mercadoria, um objeto da oferta e da procura. É um *homo oeconomicus* que é empresário de si mesmo. É um capital que busca se autovalorizar.

O mercado, no pensamento austro-americano, é um processo subjetivo. A palavra mercado ainda é a mesma do liberalismo clássico. Mas o conceito mudou. O mercado, no neoliberalismo, é menos um processo autorregulador - que conduz ao equilíbrio perfeito - do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo. O mercado é um processo de autoformação do sujeito, um processo autoeducador e autodisciplinador. (DARDOT e LAVAL, op. cit.). "Von Mises vê o homem como um ser ativo, *um homo agens* (Ibidem, p. 140). Não se trata de buscar o equilíbrio geral. O modo de autogoverno nesse processo de autoformação do mercado é o empreendedorismo. "Segue-se disso que cada um de nós é um empreendedor potencial, já que o papel empresarial puro não pressupõe uma boa sorte inicial, na forma de ativos de valor" (KIRZNER *apud* DARDOT e LAVAL, op. cit., p. 145).

Se no primeiro capitalismo utópico havia a utopia da liberação do trabalho, no segundo capitalismo utópico existe a utopia da liberação do empreendedorismo. A liberdade de ação, de testar as próprias faculdades, se adaptar, é um processo de formação de si. Aqui, é necessário se livrar da estrutura do Estado social intervencionista. Há dois processos autogeradores em sentido contrário para Mises: o processo negativo do Estado cria seres assistidos e o de mercado cria seres que são empreendedores criativos.

No primeiro capitalismo utópico, como vimos com Castel, o trabalho assalariado, que era algo complementar, é ressignificado e passa a ser visto como trabalho "livre". No segundo capitalismo utópico ocorre o mesmo movimento na relação entre trabalho formal e trabalho informal. A informalidade, que, como mostra Machado (2002), é um conceito que perde sentido analítico à medida que esse fenômeno passa a afetar não somente os países periféricos, mas também os centrais, deixa de ser um problema a ser sanado pelo assalariamento e passa a ser resolvido pelo fomento ao empreendedorismo.

Com a informalidade ressignificada de forma positiva como empreendedorismo, algo que deve ser liberado da estrutura arcaica do trabalho regulado pelo Estado, ocorre a migração paulatina do trabalho sob o status formal para o "livre", o empreendedorismo, pelo menos em alguns setores. Fernando Haddad, quando era prefeito de São Paulo, em 2016, afirmou que os

táxis vão "desaparecer pela concorrência predatória" (ESTADÃO, 2016)⁵. Leandro Narloch, em coluna na Revista Veja, respondeu defendendo que é um mito acreditar que os táxis vão desaparecer por conta do Uber. A concorrência fará sua magia com inovação e barateamento do serviço. "Aplicativos como o Uber só atendem quem tem cartão de crédito (um quarto dos brasileiros). Ainda sobram três quartos para os taxistas" (NARLOCH, 2017)⁶.

Esse era um argumento normal na época que a Uber chegou ao Brasil, de que seu serviço não ocupa o mesmo espaço do táxi e que é apenas algo para complementar renda. Este ano, já são 4 milhões de brasileiros que utilizam plataformas como Uber, 99, iFood e Rappi como fonte de renda (GAVRAS e RINALDI, 2019)⁷. Número cada vez maior de taxistas está entregando suas autonomias para aderir aos aplicativos. Em Recife já são 50% dos motoristas. "Um caminho sem volta. Antes inimigos ferrenhos, taxistas e motoristas de aplicativos de transporte privado de passageiros estão virando uma coisa só" (SOARES, 2019)⁸.

A literatura sobre a "liberação do empreendedorismo" no setor de transporte e entregas por aplicativos aponta diversos efeitos perversos, como jornadas longas de trabalho e baixa remuneração, insegurança, casos de racismo, terceirização dos cadastros nos aplicativos⁹, manipulação do comportamento, entre outros.

A manipulação do comportamento é um ponto fundamental. O neoliberalismo não entende o comportamento econômico da mesma forma que os liberais clássicos, como algo natural, o que Polanyi chamou de "falácia economicista". Para os neoliberais, o *homo oeconomicus* deve ser fabricado. "A governamentalidade empresarial está ligada a uma racionalidade de conjunto que tira força de seu próprio caráter abrangente, já que permite descrever as novas aspirações e as novas condutas dos sujeitos, prescrever os modos de controle

⁵ Ver em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-diz-que-taxistas-vao-desaparecer-se-nao-regular-uber,10000013810>.

⁶Ver em: <https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/mito-8220-os-taxistas-desaparecerao-se-o-uber-nao-for-regulamentado-em-sao-paulo-8221/>.

⁷ Ver em: <https://noticias.uol.com.br/tecnologia/noticias/redacao/2019/04/28/uber-ifood-e-maisaplicativos-viram-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes.htm>.

⁸ Ver em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/movecidade/2019/07/15/taxistas-estao-virando-motoristas-da-uber-e-da-99/>.

⁹ Um caso extremo desse tipo de terceirização ocorre na França. Alguns entregadores alugam suas contas nos aplicativos para imigrantes que, por estarem ilegalmente no país, não possuem os documentos necessários para fazer cadastro. Além da taxa que os aplicativos retêm, ainda pagam ao dono do cadastro. Aymen Arfaoui, um imigrantes que vive nessa situação, diz: "Eu faço isso porque tenho que comer" (ALDERMAN, 2019). Os supranumerários, para usar termos de Castel, se transformam praticamente em escravos de ganho.

e influência que devem ser exercidos sobre eles em seus comportamentos e redefinir as missões e as formas da ação pública" (DARDOT e LAVAL, op. cit., p. 328).

No primeiro capitalismo utópico, como vimos, os trabalhadores, sob o trabalho "livre", por não saberem se governar na complexidade do novo mundo do trabalho, deviam ser tutelados pelos próprios patrões, o que ficou conhecido como paternalismo patronal, uma política sem um estado. No segundo capitalismo utópico, sob o empreendedorismo "livre", há a dificuldade de planejamento reflexivo, para usar expressão de Castells (2018). Richard H. Thaler (2019, p. 336), um dos economista comportamentais mais importantes atualmente, afirma que "no nosso mundo cada vez mais complicado, não se pode esperar que as pessoas sejam competentes para tomar decisões sequer próximas do ideal em todos os âmbitos em que são obrigadas a escolher".

Thaler, junto com Cass R. Sunstein, cunharam, em artigo curto publicado em 2003, uma expressão reveladora: paternalismo libertário. "Muitos se oporiam a colocar frutas antes das sobremesas no refeitório de uma escola primária se o resultado fosse o aumento da taxa de consumo de maçãs em vez de Twinkies? Essa questão é fundamentalmente diferente se os consumidores são adultos? Se não envolve coerção, pensamos que alguns tipos de paternalismos seriam aceitáveis mesmo para o mais ardente libertário. Nós chamamos essas ações de paternalismo libertário" (THALER e SUSNSTEIN, 2003, p. 175).

Este artigo curto originou um maior, chamado *Libertarian Paternalism Is Not an Oxymoron*, publicado no mesmo ano. Para os autores, a ideia de paternalismo libertário pode parecer um oxímoro, mas não é. É possível e desejável que instituições públicas e privadas busquem influenciar o comportamento e ao mesmo tempo respeitem a liberdade de escolha. Após este artigo mais longo, os autores publicaram um livro sobre o tema¹⁰. Mas abandonaram o termo paternalismo libertário e adotaram a expressão *nudge* (empurrão).

É exatamente esse tipo de "empurrão" que utilizam empresas Big Tech como Facebook, Uber e Google, para citar três exemplos. Mark Zuckerberg, explicando os "fatos sobre o Facebook" em artigo no Wall Street Journal, afirma "Pessoas consistentemente nos dizem que se eles vão ver anúncios, eles querem que eles sejam relevantes. Isso significa que nós precisamos entender os seus interesses" (ZUCKERBERG, 2019, tradução nossa). O CEO do Facebook justifica que os anúncios são contrapartidas justas para os serviços gratuitos que a empresa oferece, que as pessoas têm controle sobre seus dados e concordam com esse modelo,

¹⁰ THALER, Richard H; SUNSTEIN, Cass R (2008). *Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth and Happiness*.

e que existem 90 milhões de pequenos negócios no Facebook, o que impulsiona o crescimento econômico e a criação de emprego.

Com relação a Uber, o sistema de qualificação, desenvolvido para criar confiança entre usuários dos serviços e motoristas, se tornou um mecanismo de vigilância, disciplina e controle (SLEE, 2017). Como os motoristas são oficialmente empresas independentes em relação de parceria, a Uber não pode obrigá-los a comparecerem em locais e horários específicos. Para resolver esse problema, utiliza recompensas monetárias e não-monetárias, estratégias de gamificação e gráficos de aplicativos para induzir seus motoristas a trabalharem mais e em determinados lugares (BONNINGTON, 2017). São as frutas antes da sobremesa de Thaler e Sunstein. As técnicas de "paternalismo libertário", ou "nudge", utilizadas por essas empresas, conformam uma espécie de paternalismo tecno-empresarial.

H. R. Varian, economista-chefe da Google, sustenta o mesmo argumento de Zuckerberg. Não basta que as pessoas recebam resultados de pesquisa e anúncios personalizados. A Google deve saber o que desejam antes de ser perguntada. É isso o que o assistente Google Now faz. Para isso, as pessoas devem fornecer informações pessoais, algo que estão dispostas a fazer porque recebem algo em troca (ZUBOFF, 2018). A mesma dinâmica ocorre em outros assistentes pessoais, como a Alexa, da Amazon.

Varian compara o fornecimento de informações para a Google com a relação das pessoas com médicos, advogados e contadores. Shoshana Zuboff, não obstante, salienta que as relações nessa forma de capitalismo, que ela chama de "capitalismo de vigilância", é o oposto das relações de confiança. Empresas como Google, que gozam de alta liberdade em relação a regulações, sanções ou leis, estão protegidas das consequências da desconfiança. Zuboff chama essa relação entre assistentes de assistidos de pacto faustiano. "As ferramentas da Google não são objeto de valor de troca. Elas não estabelecem reciprocidades construtivas entre produtores e consumidores. Em vez disso, são "iscas" que atraem os usuários para as operações extrativistas e transformam a vida comum na renovação diária de um pacto faustiano do século XXI" (Ibidem, p. 51).

Nos experimentos contínuos que caracterizam a dinâmica desses serviços que fazem extração de dados, Zuboff, inspirada em Polanyi, defende que surge uma quarta mercadoria fictícia: a própria "realidade" é ficcionada e renasce como comportamento, que é comodificado. Para se ter uma ideia da dimensão da comodificação do comportamento, nos Estados Unidos, o "comércio" de informações pessoais movimentou \$ 76.0 bilhões em 2018. Em 2019, estima-

se que os valores cheguem a \$115 bilhões. Já em 2022, \$197 bilhões. A agricultura, no país, contribui com \$157.6 bilhões para o PIB (SHAPIRO e ANEJA, 2019). A "política sem um Estado" do paternalismo libertário é usada para commodificar o comportamento, assim como o paternalismo patronal foi utilizado para commodificar o trabalho.

Para Shapiro e Aneja, isso mostra que a contrapartida que empresas como Facebook dão aos usuários é desproporcional ao lucro que auferem. Os autores sugerem que os ganhos sejam divididos meio a meio entre empresas e usuários. “Se concordamos com a maioria dos americanos que cada um de nós é dono de suas informações pessoais, então os americanos deveriam receber parte substancial desses rendimentos, através de pagamentos diretos ou para financiar propósitos públicos amplos” (Ibidem, p. 21). Em 2020, cada usuário de internet no país receberia \$183 e \$308 em 2022, segundo os autores. Usar esses rendimentos para financiar fins públicos nos parece mais promissor. Esse tipo de medida representa uma possibilidade de criar propriedade social sobre o Big Data.

No primeiro capitalismo utópico, a "política sem um Estado" se transformou em política de Estado na troca de técnicas entre sociedade e Estado. No segundo capitalismo utópico, dinâmica parecida ocorre. As técnicas desenvolvidas pelas Big Tech são absorvidas pelo Estado, aumentando a capacidade de penetração.

O presidente da China, Xi Jinping, tem sido comparado ao Big Brother de George Orwell, objetivando construir um totalitarismo digital (QIANG, 2019). Num país que tem 800 milhões de usuários de internet, o governo criou uma série de mecanismos para dominar o ciberespaço. À medida "que as tecnologias que prometeram um fluxo livre de informações se espalharam, as autoridades intensificaram seus esforços para dobrar esses sistemas para seus propósitos" (Ibidem, p. 53).

Com sistema extensivo de vigilância por câmeras (176 milhões de câmeras), a China tem enorme quantidade de dados de faces prontos para serem usados em processos de *machine-learning* para refinar sistemas de reconhecimento facial. Além disso, o país avança na coleta de amostras de vozes e de DNA para montar bases de dados que ampliem o poder de identificação (Ibidem).

O mais impressionante, no entanto, é o sistema nacional de Crédito Social que o governo chinês desenvolve com o objetivo de cobrir toda a sociedade. Com dados coletados de fontes públicas e privadas, o objetivo é atribuir aos cidadãos uma pontuação que leve em conta

não apenas aspectos financeiros, como ocorre já em diversos países, mas também o comportamento pessoal. O Crédito Social pode ser usado para engrossar a já existente *blacklist* ou influenciar comportamento (Ibidem).

A transposição dessas técnicas que aumentam as possibilidades de penetração do Estado na vida cotidiana não está restrita ao totalitarismo digital chinês. Nos Estados Unidos, um novo algoritmo é capaz de decidir quais pacientes estão mais propensos a contrair HIV a partir de dados médicos e pessoais, como a maneira como as pessoas se relacionam sexualmente, local de moradia, gênero, sexualidade etc (KOLATA, 2019). Algoritmos capazes de detectar câncer também foram desenvolvidos, embora ainda não estejam prontos para uso generalizado (GRADY, 2019). Na área de segurança, o FBI e a ICE (Agência de Imigração e Alfândega) estão utilizando fotos de carteiras de motoristas para pesquisas de reconhecimento facial (HARWELL, 2019). Além disso, como se sabe, a NSA está na vanguarda da análise preditiva de dados com o objetivo de intervir no comportamento (ZUBOFF, op. cit.).

No Reino Unido, em parceria com a Amazon, o National Health Service (NHS) vai utilizar a assistente de voz Alexa para fornecer conselhos médicos para doenças simples como enxaquecas e gripe. O objetivo oficial é ajudar mais pacientes e reduzir custos (HUSSAIN, 2019).

Outro exemplo é o Payment By Results (PbR). Em relatório do Instituto 2020health, Julia Manning e Gail Beer (2014) defendem o pagamento de benefícios (redução de impostos ou bônus no fim do ano) para pessoas que façam escolhas comportamentais positivas, como parar de fumar, manter baixos níveis de açúcar no sangue e perder peso. Essa medida, argumentam, permite que as pessoas compartilhem a responsabilidade pela saúde. Os dispositivos inteligentes são os aliados dessas políticas. Eles registram os resultados e ajudam a alcançá-los, instigando as pessoas a fazerem o que é esperado (MOROZOV, 2018). As tecnologias nos oferecem oportunidades de termos um "Healthcare without Walls" (MANNING e GAIL, op. cit.).

O pressuposto velado dessa proposta "é que os doentes não apenas são um fardo para a sociedade, como merecem ser punidos [...] Pois o que mais poderia explicar os problemas de saúde senão suas deficiências pessoais?" (MOROZOV, op. cit., p. 91). Essa é uma característica da governamentalidade neoliberal. Se intervém diretamente nas pessoas para modificar seus comportamentos irracionais, não no poder da empresas alimentícias ou nas distinções de classe.

"O diabo não usa dados. É muito mais difícil monitorar injustiças sociais do que a vida cotidiana dos indivíduos submetidos a elas" (Ibidem).

Esse tipo de intervenção "without walls" cria uma nova forma de poder. Shoshana Zuboff (op. cit.) chama esse poder de Big Other, uma arquitetura universal que registra, modifica e mercantiliza a experiência cotidiana. "O Big Other é o poder soberano de um futuro próximo que aniquila a liberdade alcançada pelo Estado de direito" (ZUBOFF, op. cit., p. 44). É "um "ponto de vista de Deus" que é interoperacional, transformador de comportamentos, criador de mercados e tem direitos de propriedade" (Ibidem, p. 56).

O Big Other de Zuboff é a "política sem um Estado" das Big Tech. Mas e a política sem muros do Estado, a nova forma de poder estatal que é criada com a absorção dessas técnicas? Para exercitar a imaginação intelectual, chamaremos essa nova forma de poder de transestrutural, acrescentando um novo tipo ao esquema de Michael Mann, que serve tanto para a "política sem um Estado" quanto para a política estatal.

O poder transestrutural é mais sutil que o infraestrutural e ainda mais penetrante. Ele entra na casa das pessoas, pode ver o que elas fazem e ouvir o que elas dizem. A partir disso, pode influenciar o comportamento. É uma nova maneira de tornar cognoscível o que antes era incognoscível. Esse é um atestado do paradoxo do neoliberalismo. O argumento de Mises para a não intervenção do Estado e a necessidade de liberação do empreendedorismo é que o mercado é incognoscível (DARDOT e LAVAL, op. cit.). A forma de conhecer o mercado e agir nele é pragmática. No mesmo sentido, Hayek ancorou suas reivindicações de liberação radical da intervenção ou regulação estatal no fato de ser impossível conhecer o universo de transações de mercado (ZUBOFF, op. cit.). As novas maneiras de tornar os comportamentos cognoscíveis "configura como um contraste marcante com o clássico ideal neoliberal do "mercado" como intrinsecamente infável e incognoscível" (Ibidem, p. 26). A liberação do empreendedorismo do segundo capitalismo utópico criou uma forma de poder ainda mais expansiva.

Da mesma maneira que o poder infraestrutural não elimina o poder despótico (MANN, op. cit.), o poder transestrutural também não elimina os outros dois tipos. O NHS não vai deixar de utilizar infraestruturas de saúde porque pode agora usar mecanismos como a Alexa. Essas formas de poder são cumulativas, o que muda são as proporções em que são aplicadas.

Em termos históricos, essas comparações com o primeiro capitalismo utópico não nos asseguram que o segundo seguirá o mesmo caminho até o fim. Mas são úteis para a análise, porque suscitam potência criativa, e para constatar que a história é ao mesmo tempo mestra da vida e progresso. Essa atitude para com o presente é considerá-lo como "um tempo como qualquer outro, ou, melhor, um tempo que nunca é como qualquer outro" (FOUCAULT *apud* DEAN, 2003, p. 181).

Referências bibliográficas

ALDERMAN, Liz. *Food-Delivery Couriers Exploit Desperate Migrants in France*. The New York Times. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/06/16/business/uber-eats-deliveroo-glovo-migrants.html>.

BLOCK, Fred; SOMERS, Margaret R. *Beyond the Economistic Fallacy: The Holistic Social Science of Karl Polanyi*. In: SKOCPOL, Theda (org.). *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge University Press. 1984.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo. Martins Fontes. 2009.

BONNINGTON, Christina. *Here's how Uber and Lyft psychologically manipulate their drivers*. The Daily Dot. 2017. Disponível em: <https://www.dailymail.com/debut/uber-lyft-manipulate-drivers/>.

CASTEL, Robert. *From Manual Workers to Wage Laborers: Transformation of the Social Questions*. New Brunswick e New Jersey. Transaction Publishers. 2003.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Paz e Terra. Rio de Janeiro e São Paulo. 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal*. Boitempo. São Paulo. 2016.

DEAN, Mitchell. *Prologue for a Genealogy of War and Peace: Genealogical Approaches*. In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F (orgs.). *Handbook of Historical Sociology*. Sage. 2003.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho. Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo. Cortez Editora e Oboré. 2015.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. *Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica*. In: SZWAKO, José; MOURA, Rafael; FILHO, Paulo D'Avila. *Estado e Sociedade no Brasil: a Obra de Renato Boschi e Eli Diniz*. Rio de Janeiro. Ideia D. 2016.

ESTADÃO. *Haddad diz que taxistas vão 'desaparecer' se não regular Uber*. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-diz-que-taxistas-vaodesaparecer-se-nao-regular-uber,10000013810>.

EUCKEN, Walter. *The Foundations of Economics. History and Theory in the Analysis of Economic Reality*. Londres, Edimburgo e Glasgow. William Hodge and Company Limited. 1950.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Martins Fontes. São Paulo. 2008.

GAVRAS, Douglas e RINALDI, Caio. *Uber, iFood e mais: Aplicativos viram fonte de renda de quase 4 milhões*. Uol. 2019.

GRADY, Denise. *Inteligência artificial tira nota dez ao detectar câncer de pulmão*. Folha de S. Paulo. 2019. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/05/inteligencia-artificial-tira-nota-dez-ao-detectar-cancer-de-pulmao.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha.

GUNN, J. A. W. "Interest Will Not Lie". *A Seventeenth-Century Political Maxim*. Journal of the History of Ideas, v. 29, n. 4, pp. 551-564. 1968.

HARWELL, Drew. *FBI, ICE find state driver's license photos are a gold mine for facial-recognition searches*. The Washington Post. 2019. Disponível em:

https://www.washingtonpost.com/technology/2019/07/07/fbi-ice-find-state-drivers-license-photos-are-gold-mine-facial-recognition-searches/?utm_term=.7bb09119a462.

HIRSCHMAN, Albert. *As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos para o Capitalismo antes de seu Triunfo*. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

HUSSAIN, Noor Zainab. *Em parceria com governo, Alexa dará conselhos médicos no Reino Unido*. Exame. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/em-parceria-com-governo-alexa-dara-conselhos-medicos-no-reino-unido/>.

KOLATA, Gina. *Would You Want a Computer to Judge Your Risk of H.I.V. Infection?*. The New York Times. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/07/30/health/hiv-aids-prep.html>.

MANN, Michael. *O Poder Autônomo do Estado: Suas Origens, Mecanismos e Resultados*. In: HALL, John (org.). *Os Estados na História*. Rio de Janeiro. Imago. 2012.

MANNING, Julia; BEER, Gail. *Healthcare and the Economy 2: Going with the Flow*. 2020health. 2014. Disponível em:

<http://www.2020health.org/2020health/Publications/Publications-2014/Going-with-the-Flow.html>.

MILANOVIC, Branko. *Global Inequality – A New Approach for the Age of Globalization*. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, London, England. 2016.

MILLS, Wright. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro. Zahar. 1981.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a Ascensão dos Dados e a Morte da Política*. São Paulo. Ubu Editora. 2018.

QIANG, Xiao. *The Road to Digital Unfreedom: President Xi's Surveillance State*. Journal of Democracy, v. 30, n. 1, pp. 53-67. 2019. Disponível em:

<https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-road-to-digital-unfreedom-president-xis-surveillance-state/>.

ROSANVALLON, Pierre. *Le Libéralisme Économique. Histoire de l'idée de Marché*. Éditions du Seuil. 1989.

SHAPIRO, Robert; ANEJA, Siddharta. *Who Owns Americans' Information and What Is It Worth?*. Future Majority. 2019. Disponível em: <https://www.futuremajority.org/pages/who-owns-americans-personal-information>.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Da Informalidade à Empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)*. Salvador. Caderno CRH. 2002, n. 37, pp. 81-109.

SKOCPOL, Theda. *Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research*. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (orgs.). Cambridge University Press. 1985.

SLEE, Tom. *Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado*. Editora Elefante. São Paulo. 2017.

SOARES, Roberta. *Taxistas estão virando motoristas da Uber e da 99*. Uol. 2019. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/movecidade/2019/07/15/taxistas-estao-virando-motoristas-da-uber-e-da-99/>.

THALER, Richard H. *Misbehaving: a Construção da Economia Comportamental*. Rio de Janeiro. Intrínseca. 2019.

THALER, Richard H; SUNSTEIN, Cass R. *Libertarian Paternalism*. The American Economic Review, v. 93, n. 2, Papers and Proceedings of the One Hundred Fifteenth Annual Meeting of the American Economic Association. Washington, DC. pp. 175-179. 2003. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3132220?seq=1#page_scan_tab_contents.

_____. *Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth and Happiness*. Yale University Press. New Haven e Londres. 2008.

_____. *Libertarian Paternalism Is Not an Oxymoron*. The University of Chicago Law Review v.70, n. 4, pp. 1159-1202. 2003. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1600573?seq=1#page_scan_tab_contents.

ZUBOFF, Shoshana. *Big Other: Capitalismo de Vigilância e Perspectivas para uma Civilização de Informação*. In: BRUNO, Fernanda et. al. (orgs.). Tecnopóliticas da Vigilância. Perspectivas da Margem. Boitempo. São Paulo. 2018.

ZUCKERBERG, Mark. *The Facts About Facebook*. Wall Street Journal. 2019. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/the-facts-about-facebook-11548374613>.